

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

PRÁTICA
FORENSE
PENAL

15^a
edição revista,
atualizada e
reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 17.04.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- **Direitos exclusivos para a língua portuguesa**
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N876p
15. ed

Nucci, Guilherme de Souza
Prática forense penal / Guilherme de Souza Nucci. - 15. ed., rev., atual. e reform.
- Rio de Janeiro : Forense, 2024.
568 p. : 24 cm.

ISBN 978-85-3099-496-9

1. Processo penal - Brasil - Prática forense. I. Título.

24-89002

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

SUMÁRIO









Capítulo I – Princípios penais e processuais penais

1. Introdução	1
2. Conceito de <i>princípio</i>	
3. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal	1
4. Princípios de direito penal.....	2
4.1 Constitucionais explícitos.....	2
4.1.1 Concernentes à atuação do Estado	2
4.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal)	2
4.1.1.2 Anterioridade	2
4.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica	3
4.1.1.4 Humanidade.....	3
4.1.2 Concernentes ao indivíduo.....	3
4.1.2.1 Personalidade ou responsabilidade pessoal	3
4.1.2.2 Individualização da pena	4
4.2 Constitucionais implícitos	5
4.2.1 Concernentes à atuação do Estado	5
4.2.1.1 Intervenção mínima e princípios consequenciais da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	5
4.2.1.2 Taxatividade.....	5
4.2.1.3 Proporcionalidade	6
4.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	6
4.2.2 Concernente ao indivíduo	6
4.2.2.1 Culpabilidade	6
5. Princípios processuais penais.....	7
5.1 Constitucionais explícitos.....	7
5.1.1 Concernentes ao indivíduo.....	7
5.1.1.1 Princípio da presunção de inocência.....	7

5.1.1.2	Princípio da ampla defesa	
5.1.1.3	Princípio da plenitude de defesa	
5.1.2	Concernente à relação processual.....	
5.1.2.1	Princípio do contraditório	
5.1.3	Concernentes à atuação do Estado	
5.1.3.1	Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes.....	8
5.1.3.2	Princípio da publicidade	9
5.1.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas	9
5.1.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar	10
5.1.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri	10
5.1.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar.....	11
5.2	Constitucionais implícitos	11
5.2.1	Concernente à relação processual	11
5.2.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	11
5.2.2	Concernentes à atuação do Estado	12
5.2.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial.....	12
5.2.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal	12
5.2.2.3	Princípio da oficialidade	12
5.2.2.4	Princípio da intranscendência.....	13
5.2.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato.....	13
5.3	Princípios meramente processuais penais	13
5.3.1	Concernentes à relação processual	13
5.3.1.1	Princípio da busca da verdade real	13
5.3.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz	14
5.3.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	14
5.3.1.4	Princípio da comunhão da prova	15
5.3.2	Concernentes à atuação do Estado	15
5.3.2.1	Princípio do impulso oficial	15
5.3.2.2	Princípio da persuasão racional	15
5.3.2.3	Princípio da colegialidade.....	16

Capítulo II – Inquérito policial

1.	Conceito	17
2.	Finalidade	17
3.	Fundamento legal	18
4.	Pontos relevantes	18
4.1	Perfil	18

4.2	Prazo de conclusão	19
4.3	Início e término.....	20
4.4	Indiciamento	20
4.5	Individualização do indiciado e identificação criminal.....	20
4.6	Princípio do delegado natural	21
4.7	Arquivamento do inquérito.....	21
4.8	Procedimento investigatório criminal promovido pelo Ministério Público...	22
4.9	Denúncia anônima	22
4.10	Diligências obrigatórias da autoridade policial.....	23
4.11	Medidas autorizadas pela Lei 13.344/2016 (tráfico de pessoas)	23
5.	Procedimento esquemático.....	25
1.º)	Inquérito policial.....	25
6.	Modelos de peças.....	26
1.º)	Auto de prisão em flagrante.....	27
	2.º) Portaria de instauração de inquérito policial	
3.º)	Termo circunstanciado – Lesão dolosa	31
4.º)	Termo circunstanciado Porte de drogas para uso próprio.....	33
	5.º) Termo de comparecimento	
6.º)	Auto de apreensão de adolescente infrator na delegacia de polícia	35
7.º)	Requisição de representante do Ministério Público ou juiz para instauração de inquérito policial.....	37
8.º)	Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial.....	38
	9.º) Procuração <i>ad judicium</i>	
	10) Termo de representação do ofendido para ação pública condicionada	
	11) Nota de culpa em caso de prisão em flagrante	
	12) Termo de qualificação e vida pregressa	
	13) Relatório da autoridade policial	
14)	Representação da autoridade policial pela busca e apreensão.....	39
15)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo bancário ou fiscal.....	40
16)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo de dados telefônicos.....	41
17)	Representação da autoridade policial pela interceptação telefônica	43
	18) Representação da autoridade policial pela instauração de incidente de insanidade	
19)	Representação da autoridade policial pela apreensão	45
20)	Representação da autoridade policial pela busca.....	46
21)	Representação da autoridade policial pela declaração da medida cautelar de internação provisória.....	47
22)	Decisão judicial de decretação da busca e apreensão	48
23)	Decisão judicial de quebra de sigilo bancário ou fiscal.....	49
24)	Decisão judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos.....	50
25)	Decisão judicial de autorização para interceptação telefônica	52
26)	Decisão judicial de decretação da apreensão.....	53

27) Decisão judicial de decretação da busca	54
28) Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa de internação provisória	55

Capítulo III Juiz das garantias

1. Conceito	57
2. Finalidade	57
3. Fundamento legal	57
4. Pontos relevantes	57
4.1 Competência do juiz das garantias	57
4.2 Outras regras sobre a atuação do juiz das garantias	60

Capítulo IV – Acordo de não persecução penal

1. Conceito	63
2. Finalidade	63
3. Fundamento legal	64
4. Perfil	64
5. Condições para o acordo	64
6. Vedações ao acordo	65
7. Formalização do acordo	66
8. Retroatividade do benefício	66

Capítulo V Ação penal

1. Conceito	67
2. Finalidade	67
3. Fundamento legal	67
4. Pontos relevantes	68
4.1 Perfil	68
4.2 Prazo	68
4.3 Início e término	70
4.3.1 Execução provisória da pena	70
4.3.2 Trânsito em julgado e cumprimento da pena	70
4.4 Desistência da ação penal	71
4.5 Conteúdo da denúncia ou queixa	71
5. Procedimentos esquemáticos	72
1.º Identificação de modalidade de ação	72
2.º Identificação de rito	73
3.º Comum (ordinário)	74
4.º Sumaríssimo	75
5.º Especiais – Crimes de responsabilidade de funcionário público	77
6.º Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação pública)	78
7.º Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação privada)	79
8.º Especiais Crimes falimentares – Falências anteriores a 09.06.2005	80

9.º) Especiais – Crimes falimentares – Condutas ocorridas após 09.06.2005	81
10) Especiais Procedimento previsto na Lei de Drogas 11.343/2006.....	82
11) Especiais Procedimento para condutas alcançadas pela Lei 11.340/2006 – Violência doméstica.....	83
12) Especiais Resumo de teses – Falta de justa causa	84
13) Especiais – Resumo de teses – Nulidade processual	85
14) Termos para identificação do momento enfrentado na persecução penal	87
15) Princípios constitucionais explícitos do processo penal.....	88
16) Princípios constitucionais implícitos do processo penal	90
6. Modelos de peças.....	93
1.º) Denúncia.....	94
2.º) Denúncia genérica	96
3.º) Queixa-crime.....	98
4.º) Queixa-crime em ação penal privada subsidiária da pública.....	101
5.º) Representação do Ministério Público – Ato infracional	103
6.º) Parecer pela internação provisória por parte do Ministério Público.....	105
7.º) Pedido de habilitação como assistente de acusação.....	106
8.º) Pedido de habilitação como assistente de acusação para o fim de pleitear reparação civil do dano causado pela prática do crime.....	107
9.º) Defesa prévia	109
10) Defesa preliminar Funcionário público	110
11) Defesa preliminar – Lei de Drogas (Lei 11.343/2006).....	112
12) Memoriais Ministério Público	115
13) Memoriais Defesa	117
14) Pedido de explicações	120
15) Audiência de apresentação do menor – art. 184, ECA.....	122

Capítulo VI Ação civil *ex delicto*

1. Conceito.....	125
2. Finalidade	125
3. Fundamento legal	125
4. Pontos relevantes	125
4.1 Perfil.....	125
4.2 Excludentes de ilicitude reconhecidas na esfera criminal.....	126
4.3 Sentenças criminais absolutórias e seu reflexo no cível.....	126
5. Procedimento esquemático	127
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	127
6. Modelos de peças.....	128
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	129
2.º) Pedido de reparação civil do dano em ação penal	133





Capítulo VII – Jurisdição e competência

1. Conceitos	135
1.1 Atributos da jurisdição	135

2. Competência absoluta e relativa	136
3. Regras básicas para a fixação da competência	136
4. Procedimentos esquemáticos	138
1.º) Estrutura geral do Poder Judiciário (na esfera criminal)	138
2.º) Jurisdição e competência Organização da Justiça Estadual.....	139
3.º) Jurisdição e competência Organização da Justiça Federal.....	140
4.º) Competência originária por prerrogativa de função e matéria.....	141
5.º) Competência da Justiça Federal – Art. 109 da CF	144

Capítulo VIII – Incidentes processuais

1. Conceito.....	145
2. Questões prejudiciais	145
3. Procedimentos incidentes	146
3.1 Exceções	146
3.2 Incompatibilidades e impedimentos	146
3.3 Conflitos de competência	146
3.4 Restituição de coisa apreendida	146
3.5 Medidas assecuratórias	146
3.5.1 Alterações da Lei 13.964/2019.....	147
3.6 Incidente de falsidade.....	148
3.6.1 Incidente de ilicitude de prova	148
3.7 Incidente de insanidade mental	148
4. Procedimentos esquemáticos.....	149
1.º) Conflito negativo de competência	149
2.º) Conflito positivo de competência	150
3.º) Quadro-resumo de conflito de competência.....	151
4.º) Restituição de coisas apreendidas	152
5.º) Incidente de insanidade mental	154
5. Modelos de peças.....	155
1.º) Questão prejudicial heterogênea.....	156
2.º) Questão prejudicial homogênea.....	158
3.º) Exceção de suspeição	159
4.º) Exceção de impedimento	
5.º) Exceção de incompetência	161
6.º) Exceção de litispendência	163
7.º) Exceção de coisa julgada	
8.º) Exceção de ilegitimidade de parte	
9.º) Suscitação de conflito positivo de competência	165
10) Suscitação de conflito negativo de competência	
11) Restituição de coisa apreendida	167
12) Pedido de sequestro	169
13) Pedido de sequestro de bens e valores lícitos, com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal	172

14)	Pedido de especialização de hipoteca legal	174
	15) Pedido de arresto	
16)	Embargos de terceiro em caso de sequestro	177
17)	Embargos de terceiro de alegada boa-fé	179
18)	Embargos apresentados pelo réu	181
	19) Impugnação ao arresto	
	20) Impugnação à especialização de hipoteca legal	
21)	Pedido de instauração de incidente de falsidade documental	183
22)	Pedido de instauração de incidente de ilicitude de prova	184
23)	Pedido de instauração de incidente de insanidade mental pela acusação	186
	24) Portaria de instauração de incidente de insanidade mental	







Capítulo IX – Provas

1.	Conceito	187
2.	Finalidade e objeto	187
3.	Fundamento legal	187
4.	Pontos relevantes	187
4.1	Avaliação da prova	187
4.2	Ônus da prova	188
4.3	Produção antecipada de provas	188
4.4	Provas ilícitas	188
4.4.1	Conceito e classificação	188
4.4.2	Prova ilícita por derivação e fonte independente	189
4.4.3	Destino da prova ilícita e influência no juiz	189
5.	Espécies de provas	189
5.1	Exame do corpo de delito	189
5.2	Outras perícias	190
5.3	Interrogatório judicial	190
5.4	Confissão	190
5.5	Vítima	191
5.6	Testemunha	191
5.7	Reconhecimento de pessoas e coisas	192
5.8	Acareação	192
5.9	Documentos	193
5.10	Indícios	193
5.11	Busca e apreensão	194





Capítulo X – Prisão e liberdade provisória




1.	Conceitos	197
2.	Regras gerais para a efetivação da prisão	197
3.	Prisão preventiva	199
4.	Prisão em flagrante	201

4.1 Audiência de custódia.....	202
5. Prisão temporária	203
6. Prisão decorrente de pronúncia.....	203
7. Prisão decorrente de sentença condenatória.....	204
8. Prisão para condução coercitiva	204
9. Medidas cautelares alternativas	204
10. Prisão domiciliar	205
11. Regras gerais para a concessão de liberdade provisória.....	206
12. Procedimentos esquemáticos.....	207
1.º Quadro-resumo Prisões de caráter penal	207
2.º Prisões e seus remédios	209
13. Modelos de peças.....	210
1.º Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária.....	211
2.º Representação da autoridade policial pela decretação de medida cautelar alternativa	212
<input checked="" type="checkbox"/> 3.º Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária (modelo II)	
<input checked="" type="checkbox"/> 4.º Representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva	
5.º Requerimento da acusação para a decretação de prisão preventiva.....	213
6.º Requerimento da acusação para a decretação de medida cautelar alternativa.....	215
7.º Decisão judicial de decretação da prisão preventiva	217
8.º Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa.....	218
9.º Requerimento da defesa para a revogação da prisão preventiva.....	219
10) Requerimento da defesa para a revogação da medida cautelar alternativa.....	221
11) Decisão judicial de revogação da prisão preventiva	222
12) Decisão judicial de revogação da medida cautelar alternativa	223
<input checked="" type="checkbox"/> 13) Requerimento da defesa de revogação da prisão temporária	
<input checked="" type="checkbox"/> 14) Requerimento da acusação para a decretação de prisão temporária	
15) Decisão judicial de decretação da prisão temporária	224
<input checked="" type="checkbox"/> 16) Decisão judicial de revogação da prisão temporária	
17) Requerimento para o relaxamento da prisão em flagrante.....	225
18) Decisão judicial de manutenção da prisão em flagrante e conversão em preventiva	227
<input checked="" type="checkbox"/> 19) Decisão judicial de relaxamento da prisão em flagrante	
20) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes do oferecimento da denúncia.....	228
21) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois do oferecimento da denúncia.....	230
22) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, antes do oferecimento da denúncia.....	232
23) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, depois do oferecimento da denúncia.....	234


24)	Requerimento de aplicação de medida cautelar alternativa em lugar da prisão preventiva	236
	25) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes da denúncia	
	26) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois da denúncia	
	27) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, antes da denúncia	
	28) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, depois da denúncia	
	29) Decisão judicial de decretação da prisão por pronúncia	
	30) Decisão judicial de decretação da prisão por sentença condenatória	
	31) Decisão judicial de decretação de internação provisória de adolescente infrator	238
	32) Decisão de revogação da internação provisória.....	240
	33) Decisão judicial de revogação da internação provisória por excesso de prazo.....	242

Capítulo XI – Júri

1.	Conceito.....	243
2.	Princípios constitucionais regentes	243
3.	Procedimento trifásico.....	243
4.	Possibilidades do magistrado ao término da fase de formação da culpa.....	244
5.	Pontos relevantes	244
6.	Fase das diligências	245
7.	Julgamento em Plenário.....	245
8.	Procedimentos esquemáticos.....	247
	1.º) 1.ª fase – Formação de culpa – <i>Judicium accusationis</i>	247
	2.º) 2.ª fase – Preparação do Plenário	248
	3.º) 3.ª fase Juízo de mérito <i>Judicium causae</i>	249
9.	Modelos de peças.....	250
	1.º) Decisão de pronúncia	251
	2.º) Decisão de impronúncia	254
	3.º) Decisão de desclassificação.....	257
	4.º) Sentença de absolvição sumária	259
	5.º) Pedido de diligências após a pronúncia (acusação).....	262
	6.º) Pedido de diligências após a pronúncia (defesa)	
	7.º) Decisão do juiz de deferimento	
	8.º) Decisão do juiz de indeferimento	
	9.º) Quesitos Homicídio simples.....	263
	10) Quesitos – Homicídio qualificado	
	11) Quesitos – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou automutilação.....	264
	12) Quesitos – Infanticídio	265

13) Quesitos Aborto praticado pela gestante	266
14) Quesitos Crime conexo	267
15) Quesitos – Coautoria	269
16) Quesitos – Participação	270
17) Quesitos – Legítima defesa e outras teses defensivas.....	271
 18) Sentença absolutória em Plenário	
 19) Sentença condenatória em Plenário	
 20) Pedido de desaforamento	

Capítulo XII Sentença

1. Conceito.....	273
2. Outras decisões judiciais	273
3. Conteúdo da sentença.....	273
4. Correlação entre imputação e sentença	274
5. Absolvição vinculada	274
6. Fundamentação da sentença	274
7. Modelos de peças.....	275
1.º Sentença condenatória (roubo em concurso de agentes penas variadas)....	276
 2.º Sentença condenatória (receptação qualificada – pena mínima)	
3.º Sentença absolutória (art. 386, I, CPP).....	284
4.º Sentença absolutória (art. 386, II, CPP)	287
5.º Sentença absolutória (art. 386, III, CPP).....	291
6.º Sentença absolutória (art. 386, IV, CPP).....	294
7.º Sentença absolutória (art. 386, V, CPP).....	296
8.º Sentença absolutória (art. 386, VI, CPP).....	300
9.º Sentença absolutória imprópria (art. 386, VI, c/c parágrafo único, III, CPP)....	303
10) Sentença judicial de aplicação da medida socioeducativa de internação.....	306
11) Sentença para adolescente infrator aplicando medida socioeducativa de semiliberdade.....	309

Capítulo XIII – Recursos

1. Conceito e efeitos.....	311
2. Pressupostos de admissibilidade	311
3. Recurso em sentido estrito	312
4. Correição parcial	313
5. Agravo em execução	314
6. Apelação	314
7. Embargos de declaração	315
8. Protesto por novo júri	315
9. Carta testemunhável	316
10. Embargos infringentes e de nulidade.....	316
11. Recurso especial.....	316

12. Recurso extraordinário.....	317
13. Agravo de instrumento de decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário	318
14. Recurso ordinário constitucional	318
15. Agravo regimental nos tribunais	318
16. Reclamação.....	319
17. Embargos de divergência.....	319
18. Procedimentos esquemáticos.....	320
1.º) Esquema para identificação do recurso	320
2.º) Recurso em sentido estrito	327
3.º) Correição parcial.....	328
4.º) Agravo em execução	329
5.º) Apelação.....	330
6.º) Apelação na Lei 9.099/95	331
7.º) Embargos de declaração de sentença.....	332
8.º) Embargos de declaração de acórdão.....	333
9.º) Carta testemunhável.....	334
10) Embargos infringentes e de nulidade	335
11) Recurso especial.....	336
12) Recurso extraordinário	337
13) Recurso ordinário constitucional.....	338
14) Agravo regimental	339
15) Análise do art. 581 do CPP.....	340
16) Análise do art. 593 do CPP.....	341
17) Apelação de sentença do Tribunal do Júri	342
19. Modelos de peças.....	343
1.º) Petição de interposição e razões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia.....	344
2.º) Petição de interposição e contrarrazões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia	347
3.º) Petição de interposição e razões de apelação em caso de condenação por crime comum	350
4.º) Petição de interposição e contrarrazões de apelação em caso de condenação por crime comum	354
5.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução.....	357
6.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução - Detração imprópria	
7.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução - Falta de fundamentação da perda dos dias remidos	
8.º) Petição de interposição e contrarrazões de agravo em execução.....	359
9.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução sobre extinção da punibilidade da pena de multa	362
10) Petição de interposição e razões de correição parcial.....	365
11) Petição de interposição e contrarrazões de correição parcial	368
12) Embargos de declaração de sentença.....	371

13) Embargos de declaração com efeito infringente de sentença.....	373
14) Embargos de declaração de acórdão.....	375
15) Embargos de declaração com efeito infringente de acórdão.....	377
16) Carta testemunhável e razões.....	379
17) Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto <i>nulidade</i>	382
18) Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto <i>infringência</i>	385
19) Petição de interposição e razões de recurso especial.....	387
20) Petição de interposição e contrarrazões de recurso especial.....	391
21) Petição de interposição e razões de recurso extraordinário.....	395
22) Petição de interposição e contrarrazões de recurso extraordinário.....	400
23) Interposição de agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso especial.....	402
24) Razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	403
25) Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	406
26) Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	407
27) Interposição de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	409
28) Interposição de razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	410
29) Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	413
30) Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	414
31) Petição e razões de agravo regimental contra decisão de relator em tribunal.....	416
32) Reclamação.....	419
33) Petição de interposição e razões de recurso ordinário constitucional.....	422
34) Petição de interposição e contrarrazões em recurso ordinário constitucional.....	425

Capítulo XIV – Ações de impugnação


1. Conceitos e visão constitucional.....	429
2. Particularidades sobre o <i>habeas corpus</i>	429
2.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	429
2.2 Extensão do <i>habeas corpus</i>	430
2.2.1 <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	431
2.3 Processamento e competência.....	431
2.4 Hipóteses legais de cabimento.....	432
2.5 Conteúdo da petição inicial.....	432
2.6 Espécies de <i>habeas corpus</i>	432
3. Particularidades sobre o mandado de segurança.....	433
3.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	433
3.2 Extensão do mandado de segurança.....	433
3.3 Processamento e competência.....	434

3.4	Hipóteses legais de cabimento.....	434
3.5	Conteúdo da petição inicial.....	434
3.6	Espécies de mandado de segurança.....	434
4.	Particularidades sobre a revisão criminal.....	435
4.1	Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	435
4.2	Extensão da revisão criminal.....	435
4.3	Processamento e competência.....	435
4.4	Hipóteses legais de cabimento.....	436
4.5	Conteúdo da petição inicial.....	436
5.	Procedimentos esquemáticos.....	437
1.º)	Identificação da autoridade coatora.....	437
2.º)	Mandado de segurança.....	438
3.º)	Justificação.....	439
4.º)	Revisão criminal.....	440
5.º)	<i>Habeas corpus</i>	441
6.º)	Roteiro orientador de pedidos de <i>habeas corpus</i>	442
7.º)	Resumo de teses do HC.....	444
6.	Modelos de peças.....	447
1.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu.....	449
<input checked="" type="checkbox"/>	2.º) <i>Habeas corpus</i> visando ao trancamento da ação penal	
<input checked="" type="checkbox"/>	3.º) <i>Habeas corpus</i> para impedir o indiciamento de investigado	
<input checked="" type="checkbox"/>	4.º) <i>Habeas corpus</i> para anular processo penal	
<input checked="" type="checkbox"/>	5.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura do réu preso por mais tempo do que determina a lei	
<input checked="" type="checkbox"/>	6.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura de réu quando cessados os motivos determinantes da prisão	
<input checked="" type="checkbox"/>	7.º) <i>Habeas corpus</i> – Telefone celular em presídio	
8.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial convertendo flagrante em preventiva, com pedido subsidiário de medida cautelar alternativa.....	452
9.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial negando liberdade provisória a acusado por tráfico ilícito de drogas.....	454
10)	<i>Habeas corpus</i> contra a “espera de vaga”, na execução penal, quando deferida a progressão do regime fechado ao semiaberto pelo juiz.....	457
11)	<i>Habeas corpus</i> contra sentença fixando regime mais benéfico do que o vigente em face da prisão cautelar, sem tomar medida em prol do réu.....	460
12)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão do juiz da execução penal, indeferimento da revisão da fixação do regime fechado inicial para condenado por tráfico ilícito de drogas.....	463
13)	<i>Habeas corpus</i> contra decretação de prisão preventiva em caso de violência doméstica.....	465
14)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia, com base no art. 29 da Lei 9.605/98, ofendendo o princípio da taxatividade	
<input checked="" type="checkbox"/>	15) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia baseada em crime de bagatela	

16)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de decretação da prisão temporária sem necessidade comprovada	
17)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de decretação da prisão preventiva sem motivação adequada	
18)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia, após acórdão que dera provimento a recurso da acusação para receber a peça acusatória, buscando afastar a nulidade gerada	
19)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão denegatória de revogação de prisão preventiva por excesso de prazo na conclusão da instrução	
20)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão não fundamentada de indiciamento promovido pelo delegado	468
21)	<i>Habeas corpus</i> contra o indeferimento de pleito de afastamento administrativo da autoridade policial em virtude de suspeição	470
22)	<i>Habeas corpus</i> contra internação provisória de adolescente por excesso de prazo	473
23)	<i>Habeas corpus</i> contra internação involuntária promovida por familiares	
24)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu	476
25)	Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo bancário	478
26)	Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo fiscal	
27)	Mandado de segurança para ingresso de visita sem revista íntima	
28)	Mandado de segurança para garantir a admissão do assistente de acusação	
29)	Mandado de segurança para liberar bens lícitos do réu, bloqueados com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal	480
30)	Revisão criminal contra sentença condenatória que for contrária ao texto expresso de lei penal	482
31)	Revisão criminal contra decisão condenatória que for contrária à evidência dos autos	
32)	Revisão criminal contra decisão condenatória que se fundar em prova falsa	
33)	Revisão criminal contra decisão condenatória em face de prova nova demonstrativa da inocência do réu	
34)	Justificação para a revisão criminal	

Capítulo XV – Execução penal

1.	Conceito e natureza jurídica	485
2.	Individualização executória da pena	485
3.	Sistema progressivo de cumprimento da pena	486
4.	Livramento condicional	486
5.	Remição	487
6.	Indulto	487
7.	Multa e extinção da punibilidade	488
8.	Modelos de peças	488
1.º)	Pedido de progressão do regime fechado para o semiaberto	490
2.º)	Pedido de progressão do regime semiaberto para o aberto	492
3.º)	Pedido de progressão de regime – Crime hediondo	494

4.º) Pedido de livramento condicional	496
5.º) Pedido de remição por trabalho	498
6.º) Pedido de remição por estudo	499
7.º) Pedido de indulto	500
8.º) Pedido de comutação (indulto parcial)	502
9.º) Pedido de incidente de desvio de execução	503
10) Pedido de conversão de pena em medida de segurança	505
11) Pedido de unificação de penas por crime continuado	507
 12) Pedido de unificação de penas por concurso formal	
13) Pedido de extinção da punibilidade da pena de multa sem o pagamento	509
14) Pedido de aplicação de lei penal benéfica	511
15) Pedido de aplicação de nova interpretação de lei penal benéfica, conforme decisão do STF.....	513
16) Decisão do juiz Lei posterior benéfica	515
17) Pedido de reabilitação	517
18) Pedido de saída temporária	519
19) Decisão do juiz deferindo uma saída temporária	520
20) Pedido de visita íntima	521
21) Decisão do juiz deferindo a visita íntima	523
22) Decisão de progressão de internação para liberdade assistida	525
Capítulo XVI Sugestões gerais para a prática forense	
1. Introdução	529
2. Sugestões aos operadores do Direito	529
3. Sugestões aos advogados e defensores públicos.....	532
4. Sugestões aos juízes	536
5. Sugestões aos membros do Ministério Público	538
6. Sugestões aos delegados	539
Obras do autor	541